

Discurso de posse do novo Ministro da Fazenda

Speech of the new Finance Minister

RESUMO: No dia 30 de maio de 1987 o economista Luiz Carlos Bresser Pereira assumiu o Ministério da Fazenda, substituindo o Ministro Dílson Funaro.

PALAVRAS-CHAVE: Inflação.

ABSTRACT: This is the speech Luiz Carlos Bresser-Pereira gave as he took the position of Finance Minister on the 30th of May 1987.

KEYWORDS: Inflation.

JEL Classification: H00; E31.

Ao assumir o Ministério da Fazenda, honrado pela confiança do Presidente da República e de meu partido, o PMDB, estou plenamente consciente das dificuldades que terei de enfrentar e das responsabilidades que estou assumindo.

A economia brasileira enfrenta hoje um momento de crise, depois dos momentos de bonança proporcionados pelo Plano Cruzado. Este plano, realizado com coragem e competência por uma grande equipe chefiada por Dílson Funaro, João Sayad e Fernão Bracher, partia de uma análise correta do caráter inercial da inflação brasileira, e foi inicialmente bem-sucedido em controlar a inflação. Presso, entretanto, pelo próprio êxito do Cruzado, o Governo não teve condições de corrigir os preços relativos e manter o equilíbrio da demanda agregada. Os desequilíbrios de preços relativos que se congelaram no dia 28 de fevereiro foram agravados por novos desequilíbrios provocados por setores de difícil controle, que, apoiados na explosão de consumo, aumentaram seus preços usando dos mais diversos artifícios.

Quando o desequilíbrio dos preços relativos se tornou insustentável, ao mesmo tempo que continuava o excesso de demanda, o congelamento foi rompido – e a inflação voltou a se acelerar. A inflação, que estava em 2 por cento ao mês, subiu para um patamar de 15 por cento, em função, fundamentalmente, da necessidade de recomposição dos preços. O excesso de demanda está na base da aceleração da inflação, mas só a necessidade de realinhamento de preços ou de

recomposição de preços relativos explica que a inflação tenha saltado para o patamar de 15 por cento.

Ao mesmo tempo que a inflação voltava a se acelerar, o balanço de pagamentos entrava em desequilíbrio. Pressionado pelo aquecimento interno da economia e pela deterioração dos termos de intercâmbio, as exportações caíram e as importações subiram. Nossos superávits comerciais caíram fortemente, e só agora voltam a apresentar tendência crescente.

Em outras palavras, durante o ano de 1986, a economia brasileira entrou em um processo clássico de desajustamento, provocado pelo excesso de demanda e pelo desequilíbrio de preços relativos.

Quando, no início do ano, o Governo brasileiro decidiu suspender o pagamento dos juros dos bancos privados, tomou a única medida possível para preservar nossas reservas internacionais, já que não fora ainda possível firmar um acordo com os banqueiros internacionais que não asseguravam dinheiro novo.

A estas dificuldades externas se somam as dificuldades internas provocadas em grande parte pelo excesso de gastos dos governos estaduais. A estas despesas, causadas principalmente pela contratação indiscriminada de funcionários no período pré-eleitoral, somaram-se os desequilíbrios financeiros para as finanças estaduais provocados pela súbita aceleração da inflação, que aumentou suas despesas antes que suas receitas de caixa aumentassem.

São estas dificuldades que teremos que enfrentar imediatamente, ao mesmo tempo que constituo minha equipe de trabalho.

O reequilíbrio de nossas contas externas é prioritário. Já existem claros sinais de recuperação das exportações, mas não devemos abandonar a meta já estabelecida para este ano de um superávit comercial de 8 bilhões de dólares. Para alcançar este objetivo e para estabilizar a inflação devemos, com a maior rapidez possível, estabelecer um plano de ajustamento da economia. Este é um plano de curto prazo, compatível com o plano de longo prazo que o Governo brasileiro apresentou, o qual previa, para os próximos anos, um superávit comercial médio de 9 bilhões de dólares e aportes de dinheiro novo dos credores internacionais de 4 bilhões de dólares. É um plano macroeconômico de ajustamento contendo metas sobre aumento do superávit comercial, redução das necessidades de financiamento do setor público, sobre o controle do crédito interno líquido e base monetária, e sobre a taxa de crescimento da economia. Ao contrário da prática usual do FMI, entretanto, a taxa de crescimento não será um resíduo, geralmente uma recessão como aconteceu em 1983, mas a meta fundamental à qual as demais deverão ser ajustadas permanentemente. A meta de crescimento deste ano, já que estamos diante da necessidade de ajustamento, deverá ser de 3 a 3,5 por cento. A médio prazo devemos ter como objetivo um crescimento de 6 a 7 por cento, semelhante à taxa histórica de crescimento do Brasil.

Com este plano será possível reequilibrar o balanço de pagamentos e estabilizar a inflação. Será possível também restabelecer o diálogo com a comunidade fi-

nanceira internacional. Quando foi suspenso o pagamento dos juros, não havia e não há qualquer objetivo de confronto. O Brasil tem interesses nacionais claros, não está disposto a sacrificar o seu desenvolvimento nem a abdicar a sua soberania para fazer um acordo com os credores. Sabemos que fazemos parte do sistema econômico internacional, que somos uma parte pequena, mas já significativa desse sistema. Não somos um país desenvolvido, do Primeiro Mundo, mas também não somos um país típico do Terceiro Mundo. Temos uma grande indústria, temos uma poderosa agricultura, temos um sistema financeiro capaz de efetivamente captar poupanças e financiar o sistema público e privado, temos capacidade tecnológica e capacidade competitiva internacional. Temos uma sociedade muito desequilibrada socialmente, mas onde já existem uma classe trabalhadora moderna, uma classe média tecnicamente competente, e uma grande classe empresarial que tem sido o verdadeiro motor do desenvolvimento brasileiro.

Esta grande nação que é o Brasil está pronta para dialogar com os credores, mas conhece com clareza quais são os seus interesses e sabe que nem sempre esses interesses são os mesmos dos credores. Somos perfeitamente capazes de realizar uma política econômica austera e responsável, como o momento exige. E vamos fazê-lo, com o apoio do Presidente Sarney. Essa política decidida pelo país e por seu Governo será a base do acordo possível e necessário com os credores.

Deveremos seguir algumas diretrizes na administração da política econômica. O Brasil é um país capitalista, uma economia de mercado, uma economia coordenada pelos preços que se formam no mercado. Isto significa que a intervenção do Estado na economia, sua ação reguladora, que é imprescindível, deverá limitar-se a corrigir as distorções do mercado, jamais violentá-lo.

Os preços relativos deverão corresponder aos respectivos valores das mercadorias e serviços – tanto os preços públicos quanto os privados. Deverão corresponder aos preços de mercado constituídos em economia competitiva. O controle de preços só é necessário quando existe algum tipo de poder monopolístico sobre o mercado.

A taxa de câmbio deverá ser realista, garantindo a competitividade de nossas exportações e o equilíbrio de nosso balanço de pagamentos.

As taxas de juros deverão ser reais, mas as mais baixas possíveis. Deverão ser sempre superiores à taxa de inflação para garantir o funcionamento do sistema financeiro, evitar o consumo descontrolado, a formação de estoque, a valorização excessiva de imóveis e a fuga de capitais. Deverão ser as mais baixas possíveis para privilegiar o trabalho empresarial produtivo.

Os salários médios reais deverão ser preservados e em seguida aumentados à medida que aumenta a produtividade média da economia. Qualquer aumento de salários reais acima do aumento da produtividade, como ocorreu em 1986, acarreta previsões inflacionárias insustentáveis.

O gatilho é hoje uma forma adequada de indexação salarial, que garante o poder aquisitivo dos trabalhadores desde que a inflação não se acelere. Como mé-

tudo de indexação facilita a estabilização da inflação no atual patamar e até permite uma redução moderada desse patamar.

A economia brasileira já voltou a ser reindexada e está em pleno processo de reajustamento de seus preços relativos. É preciso completar esse processo de indexação e de ajustamento de preços, principalmente dos preços públicos, para garantir o equilíbrio microeconômico e se obter a estabilização do patamar da inflação.

Estas são as medidas de curto prazo. A médio prazo continuaremos a construir no Brasil uma sociedade mais próspera e mais justa. Para isto deveremos aumentar a capacidade de poupança das empresas privadas e restabelecer a capacidade de poupança do Estado, que foi gravemente reduzida nos últimos anos. Precisamos, por outro lado, limitar a transferência de recursos para o exterior e obter novos recursos, estimulando a entrada de capitais de risco no País. Nesse sentido, a transformação dos créditos externos em capital deverá ser rapidamente regulamentada pelo Banco Central. Necessitamos do capital e da tecnologia estrangeira para o nosso desenvolvimento. Em casos especiais, como no de informática, podemos e devemos estabelecer um sistema de reserva de mercado. Mas esse sistema deverá ser limitado e temporário, até que adquiramos capacitação interna para competir internacionalmente.

Mas não basta tornar esta sociedade mais desenvolvida, é preciso, também, torná-la mais justa. E para este objetivo a estratégia fundamental não deve ser a política salarial, que é inflacionária, e sim a reforma tributária. Meu Ministério dará todo o apoio aos constituintes para que na nova Constituição e depois através de leis ordinárias se estabeleça um sistema tributário que onere os ganhos de capital, aumentando assim a carga tributária sem recair ainda mais sobre a classe média. O aumento da carga tributária, somado à correção dos preços públicos, é essencial para a redução do déficit público, para a recuperação da capacidade de poupança pública, e para o financiamento dos gastos sociais que deverão ser realizados descentralizadamente pelos Estados e Municípios. E dessa forma, através do sistema tributário e da despesa pública, estaremos distribuindo melhor a renda e reduzindo os imensos desequilíbrios regionais deste País.

Este trabalho foi iniciado por meu antecessor, Dílson Funaro, que ao lado de João Sayad e Fernão Bracher realizaram um grande esforço para consolidar o desenvolvimento da economia brasileira e distribuir melhor a renda. Dílson Funaro, que é meu amigo pessoal e meu companheiro de partido, revelou mais uma vez competência, coragem e espírito público. Defendeu os interesses da nação acima de quaisquer outras considerações. Muito obrigado, Dílson, pelo trabalho realizado.

Meus senhores e minhas senhoras,

Para a tarefa que hoje início, vou precisar da colaboração de todos os brasileiros. Temos grandes problemas pela frente, mas não temos razão alguma para pessimismo. Vamos todos trabalhar juntos, vamos fazer com que a população acompanhe os resultados de nosso trabalho, vamos dizer não quando for preciso dizer não, vamos defender o Tesouro do Estado para garantir sua saúde financeira,

vamos manter sempre um diálogo franco e sincero com toda a sociedade, vamos ouvi-la sempre, vamos atender suas demandas quando for possível. Quando não for, vamos dizer por quê.

Somos uma grande nação industrial e democrática. Estamos em pleno processo de aprovação de uma Constituição e de consolidação de nossas instituições democráticas. O Brasil é um País dinâmico e moderno. A capacidade de recuperação de sua economia é imensa. A disposição de trabalho do povo brasileiro enorme. Com o apoio não só do PMDB e da Frente Liberal, que formam a Aliança Democrática, mas de todos os partidos, e sob a firme liderança do Presidente Sarney, saberemos enfrentar os problemas atuais. Precisamos de uma união nacional em torno do desenvolvimento, da justiça social e da democracia. Todo meu esforço será nesse sentido.

Muito obrigado.

